

2

O terrorismo em perspectiva histórica

Um dos principais motivos do terrorismo ter se tornado um conceito tão amplamente contestado e difícil de definir reside na própria história dos usos e significados do termo. Desde que foi relacionado em dicionário pela primeira vez, há mais de dois séculos, a palavra teve os mais diferentes significados e foi empregada para se referir a diferentes tipos, práticas, nos mais diversos contextos. Segundo Laqueur, “nenhuma definição pode abarcar todas as variedades de terrorismo que existiram ao longo da história” (Laqueur, 2002, p. 7).

Neste capítulo vamos recordar a história do terrorismo desde as primeiras manifestações associadas ao termo, até os diferentes tipos de terrorismo que podem ser identificados no mundo contemporâneo. Apesar de não haver consenso em torno de um conceito único de terrorismo, é possível relembrar os principais exemplos de fenômenos que receberam o rótulo de terrorismo, em diferentes contextos históricos.

Para atingir o objetivo desta dissertação, não será adotada nenhuma definição específica de terrorismo. A pesquisa proposta aqui vai trabalhar com os debates e os pontos em que não há consenso sobre o tema. No entanto, é possível delimitar o campo de pesquisa sobre o terrorismo a partir de alguns elementos comuns encontrados em diferentes definições de terrorismo nos meios acadêmicos. Embora não haja amplo consenso em torno de um único conceito, o terrorismo tem alguns aspectos singulares, em torno dos quais há consenso relativo.

Em primeiro lugar, os objetivos políticos do terrorismo são considerados por muitos teóricos como o elemento central para distinção entre o terrorismo e outros tipos de violência, como os crimes comuns (Lutz & Lutz, 2005, p. 10). Os seqüestros de políticos, por exemplo, com objetivo de pressionar um governo, são diferentes de seqüestros de pessoas com objetivo único de extorquir dinheiro (Lutz & Lutz, 2005, p. 10). Entendido como um fenômeno político, o terrorismo é usualmente descrito como uma tática que é “empregada para gerar poder onde ele

não existe ou consolidá-lo, onde é fraco” (Hoffman, 2006, p. 41). Também nesse sentido, o terrorismo se diferencia do crime comum pela existência de uma causa a qual o terrorista acredita estar servindo, por mais irracional e incompreensível que aparente ser (Hoffman, 2006, p. 37).

Outro ponto de alguma concordância sobre a natureza do terrorismo é que envolve “violência ou ameaça de violência” (Lutz & Lutz, 2005, p. 10). Há, no entanto, diferentes formas na literatura acadêmica de definir o modo de operação, os objetivos e os alvos desse tipo de violência política. Geralmente, o terrorismo é definido pelo caráter indiscriminado (Jenkins, 2003, p. 28) da violência, que se caracteriza pelo desrespeito às normas que limitam o uso da força entre os Estados - em relação à escolha de alvos não militares, ao desrespeito a zonas neutras e períodos onde não existe conflito declarado, ao uso de armas e táticas não convencionais e a imprevisibilidade dos ataques (Schmid, 2004, p. 383). Em algumas definições, é enfatizada a intenção de provocar medo, de aterrorizar uma audiência maior do que as vítimas diretas dos ataques, como uma característica distintiva do terrorismo (Lutz & Lutz, 2005, p. 11). Na proposta de Schmid de definição baseada nos pontos em que houve maior consenso entre 73 jornais acadêmicos, também a intenção de conseguir publicidade por meio do uso da força aparece com “papel significativo” (Schmid, 2004, p. 381) para distinguir o terrorismo de outros tipos de violência.

Muitos outros elementos podem ser envolvidos em definições do que é o terrorismo. As diferentes maneiras de delimitar o conceito estão relacionadas a diferentes debates no meio acadêmico. Entre estes debates, estão os que serão explorados no capítulo três. Alguns desses debates envolvem formas de entender o terrorismo com relação ao seu contexto histórico e a evolução do fenômeno no contínuo da história.

Ao longo dos últimos 200 anos, o termo terrorismo já foi usado para representar a ação de Estados e de grupos não-estatais¹. Embora haja muita discussão sobre esse aspecto, na atualidade, o terrorismo se tornou mais associado a grupos não estatais nos usos correntes². Para definir a natureza do agente do

¹ Laqueur aprofunda a discussão sobre os diferentes grupos chamados de terroristas ao longo da História. Ver LAQUEUR, W. A History of Terrorism, 2002.

² Cronin, por exemplo, ao relacionar a história do terrorismo com a dificuldade de definição do termo, observa que esse primeiro uso do termo não se enquadraria na classificação de terrorismo utilizada em seu texto. (CRONIN, 2002/03, p. 34).

terrorismo, pode-se enfatizar seu caráter de clandestinidade (Ruby, 2002, p. 10), como usa a definição do Departamento de Estado Americano – que limita a natureza do agente a grupos sub-nacionais e agentes clandestinos (Apud RUBY, 2002, p. 10). Por essa forma de definir a natureza do agente, o terrorismo se aplica ao uso da força de forma clandestina, mesmo quando Estados estão por trás da ação não oficial de agentes³.

Depois de identificar alguns aspectos mais frequentemente associados ao terrorismo no meio acadêmico, vamos lembrar os principais fenômenos que receberam esse rótulo controvertido ao longo da História.

2.1. Dos primeiros usos do termo ao terrorismo moderno

Essa pesquisa trabalha com a idéia de que um dos motivos pelos quais o significado do conceito de terrorismo é tão contestado é o fato do uso do termo ter sido usado de tão diferentes formas, ao longo da história. Por essa perspectiva, percebe-se que a investigação do significado da palavra “terrorismo” – assim como a classificação de grupos como terroristas - também está relacionada a um determinado contexto histórico.

Pode-se começar a traçar a linha do tempo do terrorismo já a partir dos primeiros anos D.C (63-73 D.C) com a ação dos *Sicarii* (Laqueur, 2002, p. 7), que, com a intenção de “expulsar os romanos da Palestina, usavam métodos não ortodoxos de violência para aquela época (como assassinatos no meio da multidão), com objetivo de forçar judeus moderados a uma oposição a ocupação e os romanos a uma retirada” (Maskaliünaité, 2001, p. 40).

O mesmo estilo de ação - que Laqueur chamou de “mistura de esperança messiânica com terrorismo político”(Laqueur, 2002, p. 8) - era encontrado em outro grupo, mais conhecido – os Assassinos - que atuava na Pérsia e na Síria, no século XI D.C. e só foi suprimido dois séculos depois pelos Mongóis (Laqueur, 2002, p. 8).

No entanto, o que se pode chamar de terrorismo moderno nasceu com a Revolução Francesa. Nesta época, o termo foi cunhado pelos próprios

³ Segundo Philip Jenkins, essa definição encontra consenso relativamente amplo (JENKINS, 2003, p 28).

revolucionários, depois de assumirem o poder, para denominar a ação contra os opositores do novo regime. Na época, os jacobinos, então no poder, usavam o termo com um sentido positivo, sobre si mesmos (Laqueur, 2002, p.6). A divulgação do destino trágico dos contra-revolucionários nos tribunais de Robespierre tinha um “efeito mais amplo na população” (Cronin, 2002/3, p. 34) e “pode ser vista como um exemplo incipiente da manipulação da mídia muito mais desenvolvida por grupos terroristas no século XX” (Cronin, 2002/3, p. 34).

O aparecimento de grupos que usavam o terrorismo como principal arma de luta é um fenômeno datado comumente a partir da segunda metade do século XIX. Laqueur propõe dividir em categorias os grupos que - em meados para o fim do século XIX e início do século XX - optaram pelo caminho da violência política (Laqueur, 2002, p. 11). Os “revolucionários russos” (Laqueur, 2002, p. 11) lutavam contra um governo autocrático entre os anos de 1878 e 1881. Nessa época, atuou o mais importante grupo terrorista do século XIX, o Narodnaya Volya. Os “radicais nacionalistas” (Laqueur, 2002, p. 11) - com objetivos separatistas - agiam em países como a Irlanda e a Macedônia. Na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, havia os “anarquistas” (Laqueur, 2002, p. 11). Na Rússia, há ainda duas outras fases de manifestações terroristas fortes, no início do século XX, a última delas contra os líderes comunistas, após a revolução Bolchevique.

Assim, o terrorismo primeiramente nascido de uma associação com a ação do Estado contra seus cidadãos, passa a denominar a ação de grupos mais fracos, não-estatais, contra governos. O Narodnaya Volya – que pode ser traduzido do russo para algo como Vontade do Povo ou, em outra forma, Liberdade do Povo - era um pequeno grupo de constitucionalistas russos, que se formou para desafiar o Czarismo, em 1878 (Hoffman, 2006, p. 5). Segundo Laqueur, a campanha terrorista do Narodnaya Volya se distinguia de outros grupos anarquistas que usavam o terrorismo na época e que tinham as ações organizadas “por indivíduos isolados” (Laqueur, 2002, p. 38). O terrorismo russo era, ao mesmo tempo, um aspecto da formação de um partido socialista e um sintoma da crise geral na sociedade russa” (Laqueur, 2002, p. 38).

O contexto histórico que impulsiona o surgimento do terrorismo na Europa começa a ser moldado também pelos acontecimentos que se seguiram à Revolução Francesa. Hoffman destaca que “o advento do nacionalismo, suas

noções de estrutura de estado e cidadania baseada em uma identidade comum de povo” (Hoffman, 2006, p. 5), acompanharam e estimularam a criação de novos Estados-nação. Ao mesmo tempo, “as mudanças socio-econômicas provocadas pela Revolução Industrial estavam criando novas ideologias universalistas (como o comunismo/marxismo)” (Hoffman, 2006, p. 5). Neste contexto, surge o terrorismo voltado contra as estruturas de Estado.

O aparecimento de grupos terroristas, no fim do século XIX e início do século XX, ocorre em meio a mudanças no pensamento e na organização política da Europa iniciadas pela Revolução Francesa e impulsionadas pelos ideais do Iluminismo. Para Laqueur, vistas em perspectiva histórica, as várias manifestações de terrorismo, apesar de diferentes nos objetivos e no contexto político, “tinham uma origem comum: elas estavam ligadas ao surgimento da democracia e do nacionalismo” (Laqueur, 2002, p.11), quando “condições aceitas há séculos passaram a ser percebidas como intoleráveis” (Laqueur, 2002, p. 11).

Apesar dessa origem comum, o fenômeno terrorista revela sua complexidade já pelo fato de não ser possível estabelecer uma relação causal entre existência de determinadas reivindicações ou uma determinada ideologia e o aparecimento de terrorismo. O terrorismo foi adotado por grupos considerados de esquerda e por radicais de direita. Segundo Laqueur, o terrorismo “não é uma ideologia, mas uma estratégia insurrecional, que pode ser usada por pessoas de diferentes convicções políticas” (Laqueur, 2002, p. 4). Sendo assim, o estudo do terrorismo por uma perspectiva histórica mostra que o fenômeno já esteve associado a uma imensa gama de motivações e ideologias e, ao mesmo tempo, a grupos e indivíduos sem qualquer ideologia e, ainda, à ação individual e formas de organização mais ou menos estruturadas.

Em meio a essa diversidade, no entanto, algumas tendências e aspectos comuns podem ser identificados. Segundo Laqueur, antes da Primeira Guerra Mundial, o terrorismo moderno era entendido como um fenômeno preponderantemente de esquerda, mas, depois, surgem diversos grupos ligados a ideologias de extrema-direita e separatistas-nacionalistas (Laqueur, 2002, p. 17). Dois conceitos estão tradicionalmente vinculados às origens do terrorismo moderno: a “propaganda pelo ato” (Laqueur, 2002, p. 49) e a “Filosofia da Bomba” (Laqueur, 2002, p. 21).

De modo geral, a “Filosofia da Bomba” se refere à idéia de que o objetivo de retirar do poder um tirano justifica o uso de métodos violentos (Laqueur, 2002, p. 23). Para Laqueur, o conceito antigo de tiranicídio justificado – que Laqueur identifica como tendo origem no pensamento de Platão e Aristóteles – inspirou o pensamento terrorista do século XIX (Laqueur, 2002, p. 22). Laqueur identifica a origem da doutrina do terrorismo moderno nos escritos de Karl Heizen, um radical Alemão que defendia o assassinato político, em meados do século XVIII (Laqueur, 2002, p. 26).

Ainda de acordo com Laqueur, foi após a morte de Bakunin - precursor do movimento anarquista russo - que seus seguidores anarquistas se comprometeram com a “propaganda pelo ato” (Laqueur, 2002, p. 31). A expressão “propaganda pelo ato” foi cunhada pelo francês Paul Brousse, anos antes do surgimento do Narodnaya Volya na Rússia, para sintetizar a idéia de que a propaganda teórica tinha pouca eficácia e que os atos garantiam maior ressonância às idéias (Laqueur, 2002, p. 49). Dois anos depois, Kropotkin propôs a formulação clássica, definindo a ação anarquista como “incitação permanente por meio da palavra escrita e falada, da faca, do rifle, da dinamite” (Laqueur, 2002, p. 50).

No fim do século XIX e início do século XX, o terrorismo começa a ganhar algumas das características que vão se manter associadas ao fenômeno até hoje, relacionadas à ação de grupos organizados, embora em pequeno número de participantes e na clandestinidade, e ainda com atos sistematicamente planejados e motivados primordialmente por interesses políticos.

No fim do século XIX, o terrorismo irlandês também marcou o aparecimento de características do terrorismo que se mantêm até hoje. Segundo Hoffman, o terrorismo irlandês dessa época também vai ter grande impacto na evolução do terrorismo (Hoffman, 2006, p. 10). Diferente dos anarquistas do Narodnaya Volya, na Irlanda emana um tipo de violência política motivada por ideais separatistas e nacionalistas. O terrorismo na Irlanda acaba se diferenciando dos russos também pela maneira de operar suas ações. O terrorismo irlandês dessa fase tem ramificações nos Estados Unidos, onde se formou, em 1873, uma organização que se auto-intitulava *Clan na Gael* – grupo que depois de investir em propaganda e recolhimento de fundos, iniciou uma campanha terrorista na Grã-Bretanha, em 1881 (Hoffman, 2006, p. 9).

Hoffman observa que, com esse grupo, pela primeira vez se manifesta um modo de operar que vai se tornar um procedimento característico do terrorismo muito tempo depois, caracterizado pela existência de bases no exterior, pelo uso de bomba relógio, pela escolha dos sistemas de transporte como alvo preferencial e o caráter indiscriminado das ações (que denota maior descaso com a vida humana) (Hoffman, 2006, p. 10).

Até a Primeira Guerra Mundial, o terrorismo se manteve associado a esse padrão revolucionário e nacionalista. Depois da Primeira Guerra Mundial, Hoffman observa que o significado de terrorismo muda de novo, agora para se referir a “práticas de repressão em massa empregadas por estados totalitários e seus líderes ditatoriais, contra seus próprios cidadãos” (Hoffman, 2006, p. 14). Um uso que voltava a lembrar o sentido original do termo, quando cunhado durante a Revolução Francesa, em relação a ação de Estados. Logo em seguida, Hoffman marca uma outra mudança do significado, quando o termo terrorismo “ganhou novamente conotações revolucionárias que tem até hoje” (Hoffman, 2006, p. 16), usado primeiramente em referência “às revoltas violentas levadas a diante na época por grupos nacionalistas e anti-colonialistas que surgiram na Ásia, África e Oriente Médio” (Hoffman, 2006, p. 16), depois da Segunda Guerra Mundial.

Ao longo dessas décadas, as táticas usadas pelos que praticavam o terrorismo também variaram muito. Laqueur afirma que assim como a motivação, o modo de operação das ações terroristas também mudou muito (Laqueur, 2002, p. 29). O terror podia surgir junto a uma campanha política ou ação guerrilheira, ou também em estado puro, algumas vezes dirigido contra regimes autocráticos e, em muitas outras, a democracias (Laqueur, 2002, p. 29).

O poder de fogo dos armamentos usados pelo terror político também evoluiu muito na história. Para os primeiros terroristas do século XIX, a adaga e a pistola eram as armas tradicionais, e, depois, veio a era da dinamite, quando as bombas aumentaram o poder destrutivo do terrorismo (Laqueur, 2002, p. 92). O método de ação mais antigo utilizado por grupos terroristas ainda no século XIX era o assassinato de representantes do sistema político (Laqueur, 2002, p. 104). Somente nas décadas de 1960 e 1970, o terror indiscriminado – com a banalização dos assassinatos – se tornou comum (Laqueur, 2002, p. 105).

Logo depois da Segunda Guerra Mundial, o campo foi o grande palco das lutas políticas. A cidade era considerada alvo secundário da estratégia de grupos que usavam a violência contra governos (Laqueur, 2002, p. 19). Foi na década de 1960, que o terrorismo urbano passou a ser mais utilizado do que a guerrilha no campo, em parte inspirado pela derrota de guerrilheiros no interior de países da América Latina, mas também pelo surgimento ou reativação de grupos terroristas urbanos na América do Norte, Europa e Japão (Laqueur, 2002, p. 20).

As transformações da mídia também podem ser relacionadas ao estímulo do terrorismo em áreas urbanas, nas décadas de 1960 e 1970. A percepção de que a vida da cidade tinha maior repercussão na mídia contribuiu para a mudança do *locus* da luta política do campo – com a guerrilha rural das lutas de descolonização pós-Segunda Guerra - para as áreas urbanas (Laqueur, 2002).

Desde a origem, na idéia de “propaganda pelo ato”, o terrorismo tem uma relação intrínseca e complexa com os meios de comunicação. A própria idéia da propaganda pelo ato dos anarquistas se desdobrava em necessidade de visibilidade para as ações terroristas. Embora discutir o papel da mídia nas ações terroristas não seja o objetivo deste estudo, é relevante para a pesquisa que levamos adiante perceber que a mídia fez parte do fenômeno terrorista desde os primórdios, justamente por uma característica própria a esse tipo de violência: a intenção de atingir uma audiência maior do que o alvo das ações. Sendo assim, a passagem de uma mídia local, para os meios de comunicação de massa globalizados teve impacto direto nos métodos e estratégias do terrorismo, assim como no surgimento do que se entende por terrorismo internacional e, hoje, um “novo terrorismo” de dimensões globais.

2.2.

A internacionalização do terrorismo

A própria passagem do terrorismo percebido em contextos de lutas nacionais, étnico-separatistas, para um contexto internacional, representou uma mudança importante nos padrões do fenômeno terrorista, durante as décadas de 1960 em 1970. O interesse externo e o envolvimento de diferentes Estados passam a ter papel fundamental em muitas das ações terroristas das últimas décadas do século XX.

É a partir das décadas de 1970 e 1980 que diversos estudiosos do terrorismo traçam o histórico do terrorismo com caráter firmemente internacional⁴. Na formulação de Brian Jenkins, um tipo de terrorismo “onde os terroristas cruzam fronteiras para atacar, escolhem alvos por suas conexões com Estados onde são estrangeiros, atacam aeronaves em vôos internacionais ou desviam aviões para outros países” (Jenkins, 1978, p. 116).

Para Audrey Cronin, esse novo fenômeno aparece, em parte, como resultado dos avanços tecnológicos e, em parte, como reação a explosão da influência da mídia internacional (Cronin, 2002/3, p. 37). De fato, os avanços na tecnologia e na comunicação e suas implicações para as relações políticas e sociais estão diretamente ligados a transformações do terrorismo no fim do século XX.

No fim da década de 1960 e a durante a década de 1970, “o terrorismo continuava a ser visto como parte de um contexto revolucionário. No entanto, o uso foi expandido para incluir grupos nacionalistas e étnico-separatistas fora do contexto colonial ou neocolonial, assim como organizações radicais e inteiramente motivadas por ideologia” (Hoffman, 2006, p. 16). Segundo Hoffman, a simpatia de integrantes da comunidade internacional e de segmentos das próprias populações de Estados colonizados fez surgir uma linguagem mais positiva para descrever esses movimentos que usavam a violência política no que muitos governos – inclusive na esfera das Nações Unidas – consideravam “guerras de liberação” (Hoffman, 2006, p. 16). Foi também nessa época que a denominação favorável de “guerreiro de libertação”⁵ se popularizou, como resultado da legitimidade política que a comunidade internacional dava a lutas pela libertação nacional e pela autodeterminação de povos oprimidos (Hoffman, 2006, p. 16).

⁴ Cronin chama atenção para a idéia de “caráter firmemente internacional”, o que significa que o terrorismo já tinha, esporadicamente, manifestações de ordem internacional. Neste período, costuma-se considerar que esse padrão internacional se consolidou, por uma série de motivos, entre eles a evolução dos meios de comunicação, como veremos nas próximas páginas. (Cronin, 2002/03, p. 37).

Em torno da década de vinte do século XX, Laqueur identifica o início da influência de governos estrangeiros nas atividades terroristas em outros países. Os fascistas italianos, por exemplo, tiveram ligação direta em ações de terroristas croatas da Ustasha. Para ele, o que chamou de “terrorismo multinacional” só iria atingir seu auge na década de 70, com cooperação próxima entre pequenos grupos terroristas em diversos países, com os Líbios, Argelinos, Norte Coreanos e Cubanos. (Laqueur, 2002, p. 115).

⁵ No original, em inglês, “*freedom fighter*”.

Alguns atentados com características internacionais – praticados fora da área de reivindicação dos grupos ou vitimando indivíduos de nacionalidades diferentes e fora de seus países de origem – são considerados marcos de início do padrão de terrorismo internacional que se estabelece nos anos 70 e 80 do século XX. Para Hoffman, o primeiro atentado do terrorismo firmemente internacional foi o seqüestro do avião da companhia israelense El Al, em 1968, por terroristas palestinos (Hoffman, 2006, p. 63). O autor considera que a ação revelava uma mudança na natureza do terrorismo porque “pela primeira vez, terroristas começaram a viajar regularmente de um país a outro para atacar. Além disso, também começaram a escolher civis inocentes de outros países como alvos” (Hoffman, 2006, p. 64).

Outro fator associado à consolidação do terrorismo internacional é o aumento no número de casos de terrorismo internacional (Jenkins, 1978, p. 116), nas décadas de 70 e 80. Todos esses fatores levaram o terrorismo a ordem do dia da política internacional – especialmente no que diz respeito aos esforços na Assembléia Geral da ONU. Depois de outro atentado marcante em termos internacionais – o ataque aos atletas israelenses nas Olimpíadas de Munique, em 1972 – a Assembléia Geral da ONU iniciou uma série de discussões sobre o terrorismo.

As discussões na ONU são influenciadas pelos caminhos das lutas políticas das décadas anteriores. Logo depois da Segunda Guerra, grupos nacionalistas em países da África, da Ásia e do Oriente Médio conquistaram sua independência empregando táticas terroristas contra poderes coloniais (Hoffman, 2006, p. 16). Nesse contexto, a causa de nações colonizadas contra seus opressores ganhou a simpatia da comunidade internacional, muitas vezes, em casos em que o terrorismo era utilizado para lutar por essas causas (Hoffman, 2006, p. 16).

Nas décadas de 60 e 70, as manifestações terroristas tinham como principais contextos a questão palestina no Oriente Médio, a ação de grupos guerrilheiros na América Latina, e, ainda, de movimentos nacionalistas na Europa Ocidental, Japão e Estados Unidos (Jenkins, 1978, p. 115). Muitas vezes, esses grupos tentavam conseguir alguma simpatia da comunidade internacional, por meio da associação com seus antecessores envolvidos nas lutas anti-coloniais (Hoffman, 2006, p. 17).

A discussão travada no âmbito da ONU sobre o terrorismo se confundiu, desde o início, com o debate sobre legitimidade do uso da força para fins políticos, que vamos explorar no próximo capítulo. A argumentação sobre a necessidade de permitir a livre ação de grupos motivados por causas legítimas foi defendida por representantes de países árabes e de terceiro mundo, durante os debates na Assembléia Geral da ONU, na década de 1970. Dois anos depois do atentado de Munique, em 1974, Yasser Arafat iria defender na ONU a distinção ente terroristas e revolucionários baseada na justiça da causa, afirmando “que a diferença entre o revolucionário e o terrorista está na existência de uma causa justa pela qual se lute” (Hoffman, 2006, p. 16).

Até a década de 1990, o terrorismo foi assunto tratado na ONU quase que exclusivamente pela Assembléia Geral, com o objetivo de abordá-lo como um “problema internacional de modo geral” (Boulden & Weiss, 2004, p. 10) e não em relação a grupos ou atentados específicos. Isso foi feito sem que se conseguisse estabelecer uma norma geral que definisse um conceito de terrorismo amplamente aceito.

Até os dias de hoje, não há consenso sobre uma definição de terrorismo. A ONU continua aprovando resoluções – como se deu com as duas aprovadas após 11 de setembro⁶ – sem partir de nenhuma definição do que é terrorismo, “se referindo apenas a terrorismo e atos terroristas com se fossem auto-explicativos” (Boulden & Weiss, 2004, p. 12). Mesmo antes de 11 de setembro, já era possível identificar uma postura mais claramente voltada para a eliminação do terrorismo internacional - sem referências a qualquer discussão sobre causas do terrorismo e à necessidade de prevenção (Mani, 2004, p. 231) - desde que o Conselho de Segurança passou a discutir o tema e aplicar sanções em casos específicos⁷.

⁶ Nos dias seguintes aos atentados de 11 de setembro, o Conselho de Segurança aprovou duas resoluções. De acordo com Boulden & Weiss, “a resolução 1368, aprovada no dia seguinte dos ataques em território americano, reconhecia o ‘direito inerente de auto-defesa, individual ou coletivo’ como uma resposta legítima” (Boulden & Weiss, 2004, p. 11.) . Já a resolução 1373 detalharam uma série de “ações significativas para os Estados membros, incluindo mudanças na legislação nacional” para o combate ao terrorismo. (Boulden & Weiss, 2004, p. 11.)

⁷ Segundo Boulden & Weiss, o Conselho de Segurança “começou a abordar a questão do terrorismo na década de 1990, em resposta a eventos específicos” (Boulden & Weiss, 2004, p. 11). Em particular, três casos que levaram a sanções conta a Líbia, o Sudão e o Afeganistão: o ataque aos aviões da Pan Am e da UTA, a tentativa de assassinato do presidente do Egito, Hosni Mubarak, e as explosões das embaixadas americanas no Quênia e na Tanzânia, nos anos 90. (Boulden & Weiss, 2004, p. 11).

Para além das discussões sobre terrorismo no âmbito da ONU, Hoffman também identifica outros importantes exemplos associados ao uso do termo terrorismo e ao seu carácter internacional. Na década de 80, o terrorismo começou a ser visto como um meio calculado de desestabilizar o Ocidente - parte de uma conspiração global, onde casos aparentemente isolados de terrorismo, perpetrados por diferentes grupos pelo globo, seriam elementos ligados de um mesmo complô, orquestrado pelo Kremlin e implementado pelos Estados clientes do Pacto de Varsóvia. Tudo com objetivo de destruir o Ocidente (Hoffman, 2006, p. 17).

Durante a Guerra Fria, foi muito popular, nos Estados Unidos, esse entendimento do terrorismo com características internacionais como parte de uma conspiração global articulada por Moscou para desestabilizar o inimigo americano e os países aliados do bloco capitalista. Quando essa tese cai em desuso, o terrorismo financiado por Estados capta as atenções do mundo com atentados propagados pela mídia, com objetivo de atrair as atenções da opinião pública mundial para causas regionais, especialmente, grupos ligados à causa palestina.

Essa mudança de foco no entendimento do terrorismo como uma prática internacional esteve ligada a uma série de ataques suicidas dirigidos a alvos americanos - diplomáticos e militares - no Oriente Médio. Essas ações estavam associadas a um tipo de terrorismo bem diferente dos movimentos nacionalistas e separatistas de décadas anteriores. Interesses geopolíticos de governos estrangeiros como a Líbia e a Síria, por exemplo, passaram a influenciar as ações de grupos terroristas, muitas vezes absolutamente submetidos aos interesses externos (Laqueur, 2002, p. 116).

Nesta época, a maior preocupação dos Estados Unidos em relação ao terror era com os chamados “*state sponsors*” ou “Estados financiadores”, os Estados considerados párias, contra os quais o governo americano impunha – e impõe até hoje, na maioria dos casos – restrições de todo tipo. A expressão “*state sponsor*” - que pode ser traduzida como Estado financiador do terrorismo - foi cunhada pela legislação americana, em 1979, quando se criou uma lei para exigir licença especial em caso de exportações para países que constassem de uma lista do Departamento de Estado Americano (Simon & Benjamin, 2000, p. 60). No ano 2000, faziam parte da lista oficial do governo americano de Estados envolvidos com o patrocínio do terrorismo o Irã, o Iraque, a Síria, o Sudão, a Líbia, a Coreia

do Norte e Cuba (Simon & Benjamin, 2000, p. 60). Em janeiro de 2007, apenas o Iraque e a Líbia não constavam mais da lista⁸.

2.3. O terrorismo contemporâneo

A manhã de terça-feira, 11 de setembro de 2001, fez o mundo inteiro se dar conta da dimensão real da ameaça representada por um tipo de terrorismo que apresentou suas primeiras amostras de violência na década de 1990. Esse tipo de terrorismo – exposto em escala catastrófica em setembro de 2001 - já dividia, há alguns anos, as atenções de governos e estudiosos com o terrorismo financiado por Estados. O terrorismo contemporâneo trouxe novos conceitos para o estudo do terrorismo - o que alguns autores chamam de “novo terrorismo” (Simon & Benjamin, 2000) ou de “terrorismo global” (Pillar, 2001a).

Uma das características mais frequentemente associadas ao terrorismo contemporâneo é um maior potencial de letalidade⁹. Um dos indicativos apontados dessa tendência nos textos acadêmicos sobre a letalidade do terrorismo é o aumento do número de mortos por atentado¹⁰. Mas são os dados qualitativos sobre a natureza do terrorismo contemporâneo que despertavam as mais terríveis expectativas em especialistas no tema, muito antes dos atentados de 11 de setembro.

Uma questão que aproximava o terror financiado pelos Estados, por exemplo, do terrorismo nacionalista das décadas de 1960 e 1970, era a percepção da necessidade de restringir a violência (Simon & Benjamin, 2000, p. 66). Nas palavras de Jenkins, esses terroristas de um paradigma anterior “queriam um monte de gente assistindo e não um monte de gente morta” (Jenkins, 2001, p. 8). As características do terrorismo contemporâneo levaram Jenkins a repensar a formulação da conhecida frase sobre a estratégia terrorista. O autor ainda acredita que essa idéia se aplique à “maioria dos grupos que apelaram para o terrorismo”

⁸Segundo o site do Departamento de Estado Americano, são considerados, hoje, países que dão suporte ao terrorismo internacional: Cuba, Irã, Coreia do Norte, Sudão e Síria. Disponível em: <http://www.state.gov/s/ct/c14151.htm>. Acesso em: 20 de janeiro de 2007.

⁹ Para uma aproximação geral da discussão sobre o aumento da letalidade do terrorismo ver: Hoffman, 2006. p. 267 et. seq..

¹⁰ Por exemplo, segundo Hoffman, “embora a Al Qaeda tenha executado apenas 0,1 por cento dos ataques terroristas entre 1998 e 2004, for responsável por quase 19 por cento do total de mortes em atentados no mesmo período”(Hoffman, 2006. p 88).

(Jenkins, 2001, p. 8), mas “a violência em larga escala e indiscriminada se tornou a realidade do terrorismo nos anos 90” (Jenkins, 2001, p.8).

Terroristas de outros paradigmas, muitas vezes, desconsideraram esse princípio da contenção da violência. No entanto, pode-se considerar que a maioria dos grupos que usavam o terrorismo por motivação total ou em parte relacionada a interesses nacionalistas e separatistas ou mesmo financiados internacionalmente por interesses de outros Estados calculava que a violência indiscriminada poderia ser negativa para seus objetivos (Simon & Benjamin, 2000, p. 66).

Outra característica desse novo terrorismo contemporâneo, cujo potencial destrutivo ficou evidente em setembro de 2001, é a mudança na forma da organização terrorista. O terrorismo de que se trata aqui não tem como referência principal as estruturas de Estado, não se organiza em torno dele, seja para financiamento, viabilidade ou para combatê-lo exclusivamente. A perda da referência estatal teve desdobramentos múltiplos para o estudo e a prática do terrorismo. O terrorismo internacional contemporâneo tende a se organizar em células espalhadas por diferentes países, muitas vezes sem contato direto umas com as outras. Outras vezes, indivíduos são treinados pela “matriz” para levarem o conhecimento da prática terrorista a outras regiões. O principal exemplo desse tipo de organização na atualidade é a rede terrorista Al Qaeda, com influência direta ou indireta em mais de 60 países (Phillips, 2006, p. 1).

A perda da referência do Estado na prática do terrorismo também pode ser percebida quando se discute as motivações do terrorismo contemporâneo. As ambições de grupos terroristas tornam-se também mais difíceis de captar por não se limitarem mais a causas localizadas e centradas no desafio a uma estrutura estatal identificável. O que o mundo viu surgir, nas últimas décadas, foi um terrorismo com ambições globais. Entre as ambições de Osama bin Laden – o idealizador da Al Qaeda – está a criação de um Estado muçulmano único, com a derrubada dos governos do mundo muçulmano e a unificação destes sob um único regime de acordo com sua interpretação radical do Islã (Phillips, 2006, p. 4).

Como se pode notar ao discutir os supostos objetivos da Al Qaeda, a caracterização das motivações do terrorismo contemporâneo envolve também um segundo aspecto central, que é a religião. A relação entre religião e terrorismo não é um fenômeno do século XXI. No entanto, a motivação religiosa tornou-se uma

das características definidoras do terrorismo que vem sendo apresentado como o de maior potencial destrutivo da história.

A relação entre religião e terrorismo pode ser traçada há mais de dois mil anos. Na base do que se conhece hoje como os primeiros atos terroristas praticados na história estava a motivação religiosa (Hoffman, 2006, p. 83), como vimos antes, como os *Sicarii* e os Assassinos. Já naquela época, junto à motivação religiosa estava presente um componente fundamental do terrorismo, que é sua intenção de atingir – e aterrorizar - uma audiência maior do que as vítimas diretas de seus atos.

Outro exemplo do terrorismo religioso do passado são os Thugs, grupo religioso que cultuava o deus Hindu do terror – Kali - e praticava a violência em rituais de sacrifício, na Índia do século VII até meados do século XIX. Nos doze séculos de atividade, “o grupo pode ter tirado a vida de mais de um milhão de pessoas, uma marca surpreendente até para comparação com grupos terroristas contemporâneos” (Hoffman, 2006, p. 83).

O exemplo dos Assassinos - o grupo formado por muçulmanos xiitas que atuou entre 1090 e 1272 D.C. - tem especial relevância para associações com o terrorismo contemporâneo. A relação entre a interpretação da religião islâmica adotada por este grupo e sua percepção da legitimidade do uso da violência guarda inúmeras semelhanças com o terrorismo religioso associado ao islamismo na atualidade. Para os antigos “guerreiros”, a violência e o martírio religioso eram deveres divinos, ordenados pelos textos sagrados e por clérigos, características que podem ser identificadas no terrorismo ligado ao extremismo islâmico contemporâneo (Hoffman, 2006, p. 84).

Essa ligação intrínseca entre terrorismo e religião foi ofuscada durante séculos pela maior incidência de grupos motivados por ideais nacionalistas e etno-separatistas entre os principais envolvidos com práticas terroristas (Hoffman, 2006, p. 84). No entanto, em 1994, “um terço das organizações terroristas identificáveis podiam ser classificadas como de caráter religioso ou motivadas por ideais religiosos” (Hoffman, 2006, p. 86).

Muito embora alguns dos grupos que usaram o terrorismo ao longo dos séculos XIX e XX tenham tido elementos de religiosidade misturados a suas ideologias e motivações – como o IRA e a OLP, por exemplo – é possível identificar diferenças entre os grupos em que a religião aparece como raiz central

da motivação terrorista e os que tem como motivação central outros ideais, como o nacionalismo ou a auto-determinação (Hoffman, 2006, p. 84). No caso da OLP, por exemplo, formada essencialmente por muçulmanos, ou do IRA, na Irlanda do Norte, predominantemente católico, apesar do componente religioso também estar presente, a motivação política, étnico- nacionalista, predomina, em relação ao componente religioso (Hoffman, 2006, p. 82).

Nos últimos anos do século XX, pode-se destacar alguns exemplos emblemáticos de ações terroristas praticadas predominantemente por motivação religiosa, como o assassinato do primeiro-ministro israelense Itzak Rabin, e os ataques contra alvos americanos no Oriente Médio praticados pela Al Qaeda¹¹.

Steven Simon e Daniel Benjamin estabelecem uma relação entre a maior letalidade do terrorismo contemporâneo e a motivação religiosa, considerando que os grupos motivados pela religião:

Colocam as questões e disputas políticas em um contexto sagrado, o que dá a elas um significado ontológico ainda mais carregado. Neste quadro, os guerreiros acreditam estar envolvidos numa luta ordenada por Deus, onde seus atos são purificados por serem simbólicos, ligados a um estágio cósmico. Por essas características, a intensidade da violência perpetrada por esses grupos não pode ser confinada a cálculos de prudência (Simon & Benjamin, 2000, p. 66).

A análise da relação entre a motivação religiosa do terrorismo e a maior letalidade dos atos terroristas nesse contexto envolve o lugar ocupado pela violência em interpretações extremistas de diversas religiões. A violência se torna um ato sacramental ou uma dívida divina por ser parte de alguma demanda inscrita nos ensinamentos da religião (Hoffman, 2006, p. 88). A religião, de algum modo, parece funcionar como mecanismo de legitimação para o uso da violência para esses grupos.

Além de oferecer legitimidade para a violência, a inspiração religiosa para o terrorismo costuma dirigir a violência a uma categoria mais ampla de inimigos – qualquer um que não integre a religião professada pelos terroristas (Hoffman, 2006, p. 89). Para Cronin, a religiosidade torna os novos terroristas especialmente perigosos, principalmente pelo desconhecimento da cultura religiosa em que estão inseridos por parte de quem está de fora da religião praticada pelos terroristas

¹¹ São exemplos o ataque às embaixadas americanas no Quênia e na Tanzânia, em 1998, atribuídos à Al Qaeda.

(Cronin, 2002/3, p. 41). Essa dificuldade de compreensão da motivação terrorista torna os atos de violência mais imprevisíveis (Cronin, 2002/3, p. 41).

Outra característica do terrorismo contemporâneo, relacionada ao maior potencial de letalidade e à religião, é a prática do martírio religioso em missões suicidas. Embora o martírio religioso praticado por terroristas não seja propriamente uma novidade, a formação da Al Qaeda renova a relevância dessa prática como uma estratégia potencialmente letal de emprego da violência. Desde os primeiros planos executados pela organização terrorista idealizada pelo saudita Osama Bin Laden, já se podia perceber um claro aumento de potencial destrutivo do terrorismo internacional.

Embora os ataques suicidas não sejam praticados apenas por inspiração de interpretações da fé islâmica, desde 11 de setembro de 2001, esses grupos foram responsáveis por 81 por cento dos ataques desse tipo (Hoffman, 2006, p. 131). O sucesso do Hezbollah em expulsar os soldados americanos do Líbano com ataques suicidas incentivou outros grupos a usarem o mesmo método (Hoffman, 2006, p. 132).

Não cabe aqui aprofundar a análise sobre a motivação e a prática do terrorismo suicida. Para efeito desse estudo é importante identificar que essa prática - vista como uma estratégia terrorista - é capaz de conferir maior letalidade ao terrorismo. O terrorismo suicida deve ser entendido como uma estratégia que ganhou espaço entre grupos terroristas motivados pela religião – em maior ou menor grau – pela eficiência que confere às operações (Hoffman, 2006, p. 132). Segundo Hoffman, “as táticas suicidas são devastadoramente efetivas, eficientes, têm grande probabilidade de sucesso e são relativamente baratas e fáceis de empreender, em relação a outros modos de ataque” (Hoffman, 2006, p. 132). Para Hoffman, “a decisão dos terroristas de empregar essa tática não é irracional nem desesperada, como se apresenta muitas vezes, mas uma escolha totalmente calculada e racional” (Hoffman, 2006, p. 132).

A condição de imprevisibilidade, a facilidade com que a ação pode atingir seu objetivo e, ao mesmo tempo, o medo que essa fórmula é capaz de espalhar por populações inteiras, é que torna o terrorismo suicida uma arma tão poderosa. A religião – ou uma determinada leitura da religião - aparece como motivação desses grupos e funciona como respaldo ético para esse tipo de prática. No caso do islã, o que muitos chamam de uma leitura extremista dos escritos do Corão.

Em uma entrevista ao ex-âncora da rede de televisão americana CNN Peter Arnett, Bin Laden declarou, em 1997, que “nós amamos esse tipo de morte pela causa de Alá tanto quanto vocês amam viver” (Apud Hoffman, 2006, p. 136). A Al Qaeda vem fazendo uso do terrorismo suicida desde as primeiras ações, na década de 1990. Atacou por terra, como nas explosões das embaixadas americanas no Quênia e na Tanzânia; por mar, no caso do ataque ao navio militar americano US Cole¹², e por ar, como o mundo viu em 11 de setembro de 2001. No entanto, a rede criada por Osama Bin Laden não foi a primeira a se apoiar no martírio religioso para ter sucesso operacional. A causa palestina e a guerrilha no Sri Lanka, por exemplo, aparecem como grupos com atuação desse tipo freqüente e numerosa, ao longo da história recente (Hoffman, 2006, p. 136). A análise da ação do grupo terrorista Tigres de Tamil, no Sri Lanka indica que seus principais líderes se inspiraram no Hezbollah para lançar sua própria campanha de terror suicida (Hoffman, 2006, p. 141).

A imprevisibilidade e o emprego irrestrito da violência identificados no terrorismo contemporâneo alimentam um dos principais temores de estudiosos do terrorismo: a busca por armas de destruição em massa por parte de terroristas. Embora existam dificuldades de acesso, manuseio e aplicabilidade envolvendo o cálculo de uso desse tipo de armamento não convencional, eventos nas últimas décadas indicam que grupos extremistas tentaram ter acesso a esse tipo de arma (Simon, 2003).

As ações terroristas de maior letalidade, no entanto, vem se manifestando com maior freqüência na transformação da infra-estrutura do mundo globalizado em potenciais armas letais. Embora a ameaça das bombas sujas não deva ser descartada, não se pode ignorar a capacidade desses grupos, por meio do terrorismo suicida, de transformarem outros tipos de tecnologias mais simples em armas capazes de provocar um grande número de mortes – como se viu com os aviões usados em 11 de setembro de 2001 (Hoffman, 2006, p. 40).

Os métodos usados pelos terroristas do 11 de setembro confirmam que as facilidades de transporte de pessoas e de informações também tornam o terrorismo contemporâneo especialmente perigoso. As novas tecnologias deram aos terroristas um acesso mais amplo a um maior número de alvos, em diferentes

¹² Em 2000, terroristas suicidas, a bordo de uma pequena embarcação, atingiram o navio US Cole,

territórios, além de facilitar o recrutamento à distância, seja pelo acesso a informação, pelo alcance global da mídia ou pela diversidade de redes de financiamento e troca de recursos (Cronin, 2002/3, p. 50).

Apenas para citar algumas dessas possibilidades em termos concretos, pode-se listar os diferentes usos da internet para acessar e dispersar informações, para planejar ataques e divulgar a ideologia terrorista; a facilidade de cruzar fronteiras como ocorre nos países da União Européia; a diversificação dos métodos para fluxo de investimentos e recursos de grupos terroristas, o que inclui desde métodos informais de troca usados em alguns países (sistemas Hawala e Hundi) até investimento no sistema financeiro tradicional de países distantes da base do grupo (Cronin, 2002/3, p. 50).

O forte componente religioso envolvido nas motivações do terrorismo e as inúmeras possibilidades abertas pelas novas tecnologias de informação e transportes inspiram uma maior imprevisibilidade nas ações terroristas e, ao mesmo tempo, o temor de maior potencial de letalidade. A Al Qaeda reúne a essas características outras especificidades que aumentam seu potencial destrutivo. Entre essas características próprias à rede terrorista, a principal parece ser capacidade de se organizar, cada vez mais, em uma rede de redes espalhadas por diversos países. Desde o ataque americano ao Afeganistão, a Al Qaeda conseguiu se reorganizar, sem necessidade de ocupação de grandes territórios fixos ou de usufruto de alguma estrutura de Estado.

A perda de uma “sede de operações”, levou o grupo a reinventar sua estrutura de forma ainda mais fluida e descentralizada. Pode-se dizer que a Al Qaeda se mantém operacionalmente viva em quatro formações mais identificáveis, uma constituída pelo núcleo central, do qual fazem parte Osama Bin Laden e seu braço direito Al Zawahiri; grupos filiados diretamente a esse núcleo central, embora com sua própria liderança, como no caso da Al Qaeda presente no Iraque; uma Al Qaeda local, formada por indivíduos que já tiveram laços ou ainda mantém alguma relação com a Al Qaeda central, mas que podem ter contatos esparsos ou inexistentes com seus mentores e implementam as operações do grupo por meio de recrutamento local e, ainda, a rede mais ampla da Al Qaeda formada por islâmicos de países do Sul ou do Sudeste da Ásia ou Norte

da marinha americana, atracado em um porto do Iêmem, matando dezessete pessoas.

da África ou mesmo do Oriente Médio que não têm ligação direta com a base, mas são inspirados por sua ideologia e método de operação (Hoffman, 2006, p. 285 et. seq.). Uma quinta manifestação da rede terrorista aparece mais recentemente em comunidades muçulmanas que vivem em diáspora em países europeus, muitas vezes por indivíduos nascidos e formados pela estrutura educacional desses países e supostamente integrados à sua cultura, o que os torna ainda mais difíceis de identificar (Hoffman, 2006, p. 285 et. seq.).

A capacidade de adaptação da Al Qaeda se mostrou eficiente não só na reorganização estrutural e operacional, mas na sobrevivência de seu apelo. Segundo Hoffman, a habilidade da Al Qaeda de continuar a sua cruzada contra os Estados Unidos e o ocidente, além de Israel, alguns governos árabes e todos os indivíduos considerados infiéis é diretamente proporcional a sua capacidade de continuar recrutando e recuperando recursos, o que torna “seu maior desafio conseguir perpetuar-se como ideologia e conceito” (Hoffman, 2006, p. 290.). O sucesso de novos ataques e a visibilidade do grupo – seja pela mídia global ou por métodos de disseminação de idéias mais localizadas, como o ensino religioso – constituem aspectos centrais para o futuro dessa organização terrorista (Hoffman, 2006, p. 290).